

A CONTRIBUIÇÃO DA AUDITORIA INTERNA NA QUALIFICAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS DA ÁREA DE CRÉDITO RURAL E GERAL¹

Vanessa Raquel Wottrich Fries², Euselia Paveglio Vieira Euselia@Unijui.Edu.Br³.

¹ Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação Ciências Contábeis

² Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação Ciências Contábeis

³ Professora Orientadora do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da UNIJUI

Introdução

As cooperativas de crédito têm usado a auditoria interna para qualificar ainda mais os serviços oferecidos aos seus associados e clientes. Conhecer os procedimentos internos de cada atividade desenvolvida dentro de uma cooperativa de crédito e verificar se estes procedimentos são seguidos corretamente é fator imprescindível para avaliação da estrutura interna da organização. A análise das informações obtidas por meio da auditoria interna pode ser o caminho para a gestão concretizar o crescimento e consolidação de qualquer tipo de organização.

Neste contexto, a presente pesquisa teve como propósito a elaboração de um estudo teórico e aplicado na área de auditoria interna de uma instituição financeira, mais especificamente no setor de operações de Crédito Geral e Rural, onde foram analisados os controles internos, aplicado o programa de auditoria e os papéis de trabalho, culminando com o relatório final da auditoria realizada.

O trabalho justifica-se pelo propósito de analisar fatores relevantes desenvolvidos pela auditoria interna de modo a explorar a importância que a mesma representa para o bom funcionamento dos controles internos dentro das organizações.

Metodologia

Do ponto de vista de sua natureza, a pesquisa foi classificada como aplicada, segundo Oliveira (2004, p.123) “requer determinadas teorias ou leis mais amplas como ponto de partida, e tem por objetivo pesquisar, comprovar ou rejeitar hipóteses sugeridas pelos modelos teóricos e fazer sua aplicação as diferentes necessidades humanas”. O estudo é de caráter descritivo, de acordo com Vergara (2004, p. 47) “A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno, pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza, não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação”, assim descreveu os processos utilizados pela Instituição Financeira na operacionalização das operações de Crédito Rural e Geral tendo como objetivo ampliar e aprofundar os conhecimentos na área de auditoria interna.

Modalidade do trabalho: Relato de experiência
Evento: XXII Seminário de Iniciação Científica

No estudo foi utilizada a pesquisa qualitativa e utilizou-se ainda de três procedimentos técnicos: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa documental e Estudo de caso. O universo é composto por operações de crédito geral e rural operacionalizados pela instituição em estudo. A amostra oriunda deste universo foi obtida pela segregação dos contratos de financiamento de janeiro de 2011 a junho de 2013.

Nesta pesquisa foi realizada a aplicação de entrevistas não padronizadas junto aos colaboradores que possuem conhecimentos sobre o processo em análise. Com relação aos contratos de Crédito Geral e Rural, os mesmos foram consultados e analisados in loco.

Resultados e Discussão

Auditoria é uma verificação das transações, operações e procedimentos efetuados por uma entidade onde são examinados documentos, livros, registros, demonstrações e de quaisquer elementos de consideração contábil, objetivando a veracidade desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes e visando a apresentação de opiniões, críticas, conclusões e orientações. A auditoria consiste em controlar áreas-chaves nas empresas para que se possam evitar situações que provoquem fraudes, desfalques e subornos, por meio de verificações regulares nos controles internos específicos de cada organização. Segundo (CREPALDI, 2002, p. 23) “De forma bastante simples, pode-se definir auditoria como o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade”.

A auditoria operacional pode ser desenvolvida tanto pela auditoria externa quanto pela interna, porém, por ser necessária uma aplicação de caráter permanente, aplica-se mais ao perfil de auditoria interna. Crepaldi (2011) a auditoria operacional consiste em revisões metódicas de programas, organizações, atividades ou segmentos operacionais dos setores público e privado, com a finalidade de avaliar e comunicar se os recursos da administração estão sendo usados eficientemente e se estão sendo alcançados os objetivos operacionais.

Antes de dar início aos procedimentos de auditoria o auditor deve se inteirar do funcionamento e a qualidade dos controles internos, pois será o resultado desta avaliação que determinará a extensão dos testes necessários, conforme Basso (2005) ao planejar os programas de auditoria, o auditor precisa levar em consideração três pontos importantes:., determinar o que se quer, os procedimentos de auditoria necessários para que os objetivos gerais e específicos sejam atingidos; e os elementos mínimos de controle para o setor, objeto e sua funcionalidade.

As normas de auditoria norteiam o trabalho do auditor, elas estão presentes nos procedimentos adotados na hora da execução de um programa de auditoria, as normas ainda vêm para garantir qualidade ao trabalho de auditoria, as mesmas possuem uma estrutura conceitual. Esta Estrutura Conceitual não estabelece normas próprias nem exigências relativas a procedimentos para execução de trabalhos de asseguarção. As NBC TA, NBC TR e NBC TO contêm princípios básicos, procedimentos essenciais e respectiva orientação, de modo consistente com os conceitos desta Estrutura Conceitual, para a execução de trabalhos de asseguarção. Resolução 1202, (CFC, 2013).

Modalidade do trabalho: Relato de experiência
Evento: XXII Seminário de Iniciação Científica

A partir do programa de Auditoria utilizado como procedimento de trabalho, no exame das rotinas das operações de crédito, constatou-se que os controles internos, até bem pouco tempo, eram definidos de acordo com a necessidade ou quando os problemas aconteciam. Após constantes problemas ocorridos, constatou-se a importância de se implantar um controle, a fim de monitorar as Unidades de Atendimento em determinados quesitos. À medida que foi se aprimorando a carteira de crédito no que tange controle e dimensionamento desta, implantaram-se novos controles, sendo estes pró-ativos. Atualmente a Cooperativa está em um projeto piloto da esteira de crédito, um sistema criado pela instituição financeira que visa agilidade, segurança e padronização do processo de tomada de decisão. A seguir, apresenta-se o programa de Auditoria elaborado e aplicado à amostra do estudo de caso.

Programa de Auditoria na linha do Crédito Geral e Rural:

Itens a serem analisados nos dossiês das operações do crédito

1. Políticas Internas do Crédito

1.1 Verificar a existência da Política Interna do Crédito aprovado pelo Consad.

2. Alçada

2.1 Autorização Comitê de Crédito da unidade, Geral ou Regional (conforme caso/situação)

2.2 Composição do Comitê de Crédito

2.3 Orientações do Comitê de Crédito no Deferimento da Proposta

3. Consulta aos órgãos de restrição ao crédito

3.1 Consultas aos órgãos de restrição ao crédito - Serasa/SPC e Sistema de Informações de Crédito (SCR/BACEN) Tomador e Garantidor

4. Garantias

4.1 Formalística das garantias

5. Contrato – formalização

5.1 Formalização dos contratos e termos

6. Cadastro

6.1 Formalização dos cadastros dos tomadores e garantidores

6. Proagro (Seguro Agrícola)

6.1 Formalística na adesão do proagro (seguro agrícola)

Depois de elaborado o programa de auditoria, é preciso partir para a realização do trabalho em si, com isso necessita-se que sejam aplicados e documentados para que comprovem o trabalho realizado.

Com base nas observações efetuadas constatou-se:

1. A existência das Políticas Internas de Crédito da Cooperativa, aprovada pelo Consad em 22/11/2011 e atualizado em 28.04.2013, sendo seguido desde então.

2. Analisou a existência da autorização/parecer do Comitê de Crédito da Unidade, Geral e Regional (conforme caso/situação) e não foi localizado o parecer do Comitê de Crédito Regional em uma operação de renegociação, somente aprovado pelo Comitê de Crédito da Unidade. O valor da alçada

Modalidade do trabalho: Relato de experiência
Evento: XXII Seminário de Iniciação Científica

do Comitê de Crédito da UA é de até R\$ 10.000,00, portanto o valor liberado nessa operação foi de R\$ 12.000,00, sendo necessária aprovação do Comitê Regional.

3. Verificou-se a Composição do Comitê de crédito e todas as operações selecionadas na amostra possuíam os membros responsáveis pela composição dos Comitês de crédito.

4. Analisou se foram seguidas as orientações dos Comitês de Crédito no deferimento da proposta de Crédito e todas operações analisadas seguiram as orientações aprovadas pelos Comitês de Crédito competentes.

5. Verificou a existência das consulta aos órgãos de restrição ao crédito - Serasa/SPC e Sistema de Informações de Crédito (SCR/BACEN) Tomador e Garantidor e todas as operações analisadas possuíam as consultas de restrição ao crédito (analisado os tomadores e garantidores).

6. Na análise das garantias foi identificado sete irregularidades nas garantias das operações:

- Duas operações não apresentavam avaliação da garantia, sendo uma delas na linha do crédito rural com garantia de um veículo (faltou a consulta na tabela FIPE) e outra na linha do crédito geral com garantia de um galpão de madeira (faltou laudo de avaliação de um perito);
- Em uma operação do Crédito Rural faltou o comprovante da efetivação da alienação no sistema de Gravames (SNG);
- Em duas operações do Crédito Rural o registro em cartório da garantia do penhor de grãos foi realizado posteriormente a liberação.
- Em duas operações do Crédito Geral faltou cópia do CRLV com alienação do veículo em favor da cooperativa.

7. Verificou-se a formalização dos Contratos e termos e na liberação de uma operação do Crédito Geral foi verificada a falta de assinatura do associado no termo de adesão ao seguro prestamista.

8. Na formalização dos cadastros dos tomadores e garantidores verificou-se em relação ao cadastro do tomador:

- Dois cadastros desatualizados no Crédito Geral;
- Dois cadastros faltando assinatura no Credito Geral e um no Crédito Rural;
- Um cadastro no Crédito Geral falta a assinatura do responsável pelo cadastro

Com relação ao fiador, verificou-se:

- Um cadastro esta desatualizado no Crédito Geral;
- Dois cadastros faltando assinatura no Credito Rural.

9. Analisou-se a formalística do Proagro (Seguro Agrícola) e todas as operações da amostra que aderiram ao seguro agrícola, possuíam as documentações necessárias: Orçamento/projeto técnico, croqui/mapa de localização da lavoura e análise química e física (quando necessária).

Foram verificadas todas as regras e controles internos, os quais a cooperativa está exposta, e diante das observações e constatações efetuadas, sugere-se que as liberações das operações de crédito sejam feita por uma única pessoa que tenha autonomia de liberar o crédito, sendo antes todo o dossiê revisado, observando se constam todos os documentos da formalística e se todos estão assinados pelo associado e somente depois que o mesmo estiver completo, inclusive com

Modalidade do trabalho: Relato de experiência
Evento: XXII Seminário de Iniciação Científica

autorização do Comitê de Crédito pertinente e com os cadastros atualizados proceder com a liberação.

Conclusões

Por meio da aplicação dos papéis de trabalho, foi possível registrar informação relativa ao planejamento de auditoria, os procedimentos aplicados, os resultados obtidos e as conclusões das evidências. Posteriormente, com a verificação prática realizada, apresentou-se um relatório baseado nas informações que surgiram no decorrer da auditoria realizada. Foram elaboradas algumas sugestões e recomendações que precisam ser ajustadas pela Unidade para atender as normas aplicadas à instituição financeira.

Conclui-se que o presente estudo atendeu todas as expectativas, visto que consistiam em verificar o cumprimento das normas internas na concessão do crédito; identificar se as formalísticas dos dossiês de crédito estavam de acordo com as normas internas e sistêmicas; verificar se os controles internos na área de concessão de crédito adotados eram suficientes e eficientes; verificar se a auditoria interna existente estava contribuindo para o cumprimento das normas e oferecer sugestões para melhoria dos controles existentes.

Palavras-chave

Auditoria. Operações de Crédito. Controles Internos. Relatórios.

Referências

- BASSO, I. P. Iniciação à auditoria. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. 376 p.
- CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Manual de auditoria do sistema CFC/CRC. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/uparq/Manual_auditoria_site.pdf>. Acesso em: 09/04/2013.
- Normas brasileiras de contabilidade. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 09/04/2013.
- CREPALDI, S. A. Auditoria contábil: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 468 p.
- Auditoria Interna. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 770 p.
- OLIVEIRA, S. L. Tratado de metodologia científica: projeto de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertação e teses. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. 320 p.
- VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 96 p.